

PP nega-se a assinar a nota pela Constituinte

A liderança do PP recusou-se a assinar o "manifesto à Nação" pela convocação da Assembleia Constituinte, por divergências políticas e, também, técnicas, conforme esclareceu ontem o deputado Thales Ramalho. Informou-se, ainda, que o próprio líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, havia considerado "horrível" o documento, que foi lido na tribuna por Heitor Alencar Furtado (PMDB-PR).

Líderes e dirigentes oposicionistas admitiram, ontem, que foi "melancólico" o lançamento político-parlamentar do "Dia Nacional da Constituinte". Mas o deputado Alceu Collares, líder do PDT, acredita que "oportunamente" as oposições devam divulgar um manifesto ao povo, pela convocação da constituinte. Esta é também a opinião dos vices-líderes Antônio Mariz (PP) e Marccondes Gadelha (PMDB).

Menos discreto, Thales Ramalho, conversando ontem com jornalistas, disse que o PP não poderia endossar o "rascunho" que lhe foi apresentado, justificando-se: "A posição do PP na pregação pela constituinte aproxima-se mais da posição do PT e está muito longe da posição do MR-8".

Acrescentou que sempre aprendeu que a insurreição e a violência "são formas primitivas de atuação política", e, portanto, o Partido Popular não tem condições de apoiar qualquer movimento que defenda esse tipo de atuação. Negou que tivesse recusado o apoio ao "rascunho" por não ter tido tempo de consultar a bancada: "Nunca disse isso. No primeiro momento, comuniquei a Ulysses Guimarães e Freitas Nobre a posição do PP diante do texto apresentado".

"A exemplo do Partido dos Trabalhadores — acrescentou Thales Ramalho — o PP também não considera a campanha pela constituinte como prioritária. Antes disso, as oposições precisam lutar pela revogação da Lei Falcão. Como fazer a pregação pela constituinte

te com retratos 3 x 4 nas TVs? Devemos lutar, também, pela revisão da Lei de Segurança, Lei de Imprensa, Lei de Greve e outras leis de exceção. O povo precisa ser consentido para a convocação da Assembleia Constituinte

MODERADOR

Para a deputada Cristina Tavares (PE), da "tendência popular" do PMDB, "o espetáculo melancólico do lançamento da campanha pela constituinte mal esconde uma divergência maior entre as oposições".

Pelas dissensões conhecidas e esperadas no PDS, acha a deputada, o PP voltará à cena com o papel de moderador, "apesar do Planalto".

"Diante desta perspectiva — disse Cristina Tavares — jamais o PP de Tancredo Neves e Thales Ramalho poderia se engajar numa campanha verdadeiramente oposicionista, pela convocação da constituinte livre, popular e soberana. O PMDB e o PDT, por razões diversas, desejam uma constituinte para mudar radicalmente o modelo econômico e social implantado. O PP, agora, deseja o papel de administrador da crise."

REFORMAS

Em palestra que encerrou o Ciclo de Estudos Políticos promovido pela Assembleia mineira, em Belo Horizonte, o presidente nacional do PP, Tancredo Neves, disse, na noite de ontem que o Brasil precisa de urgentes reformas nos setores institucional, fundiário, tributário e universitário, afirmando que o local de elas serem feitas com segurança e tranquilidade é o Legislativo.

Tancredo defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte por ocasião das eleições de 1982, tendo explicado aos assistentes que o maior impedimento para a adoção dessa medida pelo Executivo é o medo do governo de que a campanha pela Constituinte deixe de ser política e se transforme "numa campanha eminentemente ideológica".

Tancredo procurou tranquilizar o governo quanto à inexistência desse perigo, lembrando que a campanha pela anistia, conduzida de maneira exemplar pelas condições e segmentos da sociedade brasileira, "em nenhum momento se transformou em movimento de desafio, contestação ou agressão".

O dirigente oposicionista reconheceu que no caso da anistia tratava-se de um movimento de solidariedade humana, enquanto, na verdade, na campanha pela Constituinte a conotação predominante é a ideológica. Daí, explicou, "o receio das classes dominantes de que a campanha assumia tais características e proporções que, de uma campanha pela Constituinte de caráter reformista se transforme numa campanha por uma Constituinte revolucionária e subversiva".

"Nem por isso — prosseguiu —, não se pode deixar de lutar pela realização da Constituinte que, quanto mais retardar, mais estarão agravados os problemas nacionais", tendo frisado que não se faz democracia em qualquer país sem uma margem de risco. Disse ainda que uma Constituinte no Brasil, de acordo com nossas tradições, "quando muito será de centro-esquerda e reformista, jamais conseguindo reunir forças suficientes para a implantação no País de um regime autoritário tipo marxista-leninista".

Por último, respondendo às perguntas da platéia, Tancredo procurou definir se o movimento de 1964 foi um golpe de Estado ou uma revolução. "No primeiro momento — declarou —, o que houve foi realmente um golpe de Estado, no melhor estilo sul-americano. Diria mesmo, uma quartelada. Mas, a bem da verdade e da justiça histórica, devo reconhecer que o primeiro presidente da Revolução, o saudoso marechal Castelo Branco, teve um mérito extraordinário de transformar o golpe em revolução."